

História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa¹

Richard Romancini²

Doutorando ECA/USP

Resumo

O artigo discute aportes do método histórico para a pesquisa em Jornalismo. Aborda paradigmas da História e as relações desta disciplina com o jornalismo, como objeto ou fonte de investigações. E, de outro lado, mostra as relações que o campo de estudo em Jornalismo tem estabelecido com a História, discutindo a necessidade do pesquisador da área possuir conhecimentos históricos, em termos mais conceituais e metodológicos do que derivados da prática profissional do jornalismo, a fim de que as investigações alcancem níveis mais explicativos do que descritivos.

Palavras-chave: Jornalismo, História, Pesquisa, Interdisciplinaridade

I. Introdução

A reflexão, objetivo desse artigo, sobre os possíveis aportes dos “métodos historiográficos” – ou mais amplamente da História – ao campo de pesquisa em Jornalismo deve reconhecer preliminarmente as diferentes instâncias que contextualizam essa relação. Isso porque, em primeiro lugar, há o risco de ao apresentar, de modo descontextualizado, os métodos utilizados pelos pesquisadores da História que podem ser úteis à investigação do jornalismo esquecer que estes envolvem pressupostos epistemológicos. As técnicas que operacionalizam os métodos estão relacionadas a tradições de pesquisa que privilegiam, de acordo com supostos sobre o conhecimento, certos níveis de análise. Esclarecer posicionamentos do debate em História é, assim, a primeira tarefa do texto. Nesta parte se encontram ainda referências a métodos tradicionais (num sentido *lato* de metodologia, isto é, concepções que se traduzem em práticas de pesquisa) utilizados pelos historiadores.

Ao mesmo tempo, convém notar que estabelecemos uma distinção entre o “jornalismo” entendido como uma prática social, envolvendo fundamentalmente as esferas da produção, circulação e recepção de notícias, e o “Jornalismo” como um campo de estudos que, no contexto das ciências humanas e sociais, procura elaborar conhecimento científico sobre o

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Mestre e doutorando em Comunicação pela ECA/USP, pesquisador do NUPEM – Núcleo de Pesquisa do Mercado de Trabalho em Comunicações e Artes da ECA/USP.

mencionado campo das práticas em suas conexões com a sociedade. Tal campo de estudo, por sua amplitude, irá também com frequência elaborar problemáticas interdisciplinares. Por esta razão, a disciplina da História já mantém um diálogo importante com ambas as noções de jornalismo (campo de práticas sociais/profissionais e campo científico-acadêmico). É útil aqui pensar na nomenclatura teórica proposta por Bourdieu, relativa aos campos sociais, cada qual com regras de funcionamento e legitimidade, embora se reconheçam as inter-relações entre os mesmos. Em resumo, existe um campo de práticas do jornalismo e um campo científico-acadêmico voltado ao estudo do mesmo.

O campo de estudos de Jornalismo tem com a História profunda ligação³. Apesar de parecer evidente – para um especialista – é importante notar que já existe um *corpus* de História do Jornalismo (provindo de historiadores, mas também de pesquisadores da Comunicação), bem como notáveis trabalhos no qual o jornalismo serve de fonte ou objeto para a História. Registrar o que foi feito resulta num guia útil a interessados, e ao mesmo tempo pode servir – através de exemplos – para mostrar a produtiva interação entre essas áreas. É válido notar, por outro lado, que não se tratará apenas do campo da pesquisa em história do jornalismo. Ainda que essa seja evidentemente uma instância central da relação entre as áreas, o aporte histórico pode se justificar em pesquisas (frequentemente de teor interdisciplinar) com problemáticas diversas. A remissão ao uso já feito de técnicas históricas nos trabalhos apontará para aspectos metodológicos dessa pesquisa.

Ao mesmo tempo, o campo das práticas não é alheio a essa interação com a História, *desde seu próprio âmbito*. Ou seja, não são apenas os historiadores que recorrerem a jornais para elaborar suas narrativas (e jornalistas que utilizam o conhecimento histórico), mas os jornalistas têm, por vezes, papel importante e ao mesmo tempo polêmico na elaboração da chamada “história imediata”. Essa uma problemática que mostra tanto semelhanças quanto diferenças entre a elaboração narrativa do campo profissional do jornalismo e a da História como disciplina científica. A pesquisa em Jornalismo é, no nosso entender, por vezes prejudicada por utilizar com baixa crítica uma noção histórica diretamente focada na narrativa jornalística como “visão histórica”, ou seja, uma perspectiva derivada do campo profissional. Essa parte da discussão é desenvolvida na parte final do artigo.

³ Assim, na cronologia dos estudos em Jornalismo proposta por Marques de Melo (1999), é justamente a pesquisa de historiadores feita desde a segunda metade do século XIX (comentada adiante em nosso texto) que ocupa o papel pioneiro nessa área de pesquisa.

II. A constituição da disciplina História e seus métodos

A constituição da disciplina historiográfica moderna é marcada pelas idéias do chamado paradigma rankeano (do historiador alemão Leopold von Rank), que no século XIX promove uma “cientificização” da História – correlacionada a uma profissionalização e institucionalização da disciplina, com base numa “revolução nas fontes e métodos” (Burke, 2002, 17). Se o estudo de sociedades humanas ao longo do tempo não começa nesse momento (tendo predecessores em filósofos sociais do século XVIII e mesmo na Antiguidade), há então um novo tipo de ideal intelectual que demarca uma ruptura. Assim, a documentação escrita produzida pelos governos passa a ser a fonte privilegiada, a partir da crença que esse material garantiria maior cientificidade ao estudo, devido a sua suposta autenticidade e confiabilidade. Busca-se ainda criticar a documentação sob esses parâmetros, e houve uma aproximação com o positivismo comteano e seus ideais de objetividade científica, no desenvolvimento desse paradigma.

Em termos gerais de metodologia, os arquivos oficiais, estudados sistematicamente, dão suporte à constituição de uma narrativa que privilegia uma visão “de cima” – em função do caráter da documentação tida como “científica”. Os feitos dos grandes personagens (reis, generais, estadistas) ensejam o desenvolvimento de histórias políticas, que demarcam nacionalidades. O tratamento linear da história, cuja articulação se dá a partir do estabelecimento de cronologias, ancoragem no tempo e narração de eventos tidos como significativos (a partir das fontes mencionadas) é caracterizado ainda por noções como as de progresso e de desenvolvimento da história rumo a um fim. A acumulação e descrição dos dados superam o viés analítico, dada a crença que a documentação abordada revele a essência do fato histórico. Por outro lado, a ausência de um viés teórico, não implica supostos (não problematizados) e conclusões, mesmo que subjacentes à descrição feita.

Esta história tradicional, objetivista ou positivista, sofrerá abalos somente no século XX. Os pontos mais importantes da crítica a este paradigma dizem respeito à tentativa de superar o nível da descrição dos acontecimentos para alcançar uma análise das estruturas, ou seja, a compreensão dos mecanismos que presidem as mudanças históricas. Daí, o alargamento do horizonte de estudo (além do político e dos “grandes homens”) e de suas fontes – ainda que haja uma continuação na centralidade da documentação escrita, incorporam-se outros tipos de documentos e não apenas os “oficiais”. Há ainda uma efetiva preocupação teórica, objetivando superar o entendimento do “fato histórico” como único e

irredutível, a fim de alcançar esquemas de interpretação mais gerais. Por meio dessa operação, as estruturas são apreendidas a partir de uma rede conceitual que as articula, e vistas como mais relevantes que os eventos. Nas duas correntes que exemplificam esse paradigma com propriedade, a primeira geração da chamada Escola dos *Annales* (grupo de pesquisadores franceses, entre os quais Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel, que animaram a revista de mesmo nome, criada em 1929) e a historiografia marxista, há também um diálogo com outras disciplinas (economia, sociologia, geografia etc.), dinamizando a História pela adoção de conceitos e métodos, como a utilização de modelos econômicos, os conceitos de “classe social”, “infra e superestrutura” marxistas etc.

As fontes se ampliam e há também uma maior problematização sobre a natureza e validade das mesmas em relação às problemáticas. A idéia que o documento porta uma “verdade” é questionada, sendo esta atitude substituída por outra, mais ativa em termos de crítica e reflexão frente à documentação coletada. De modo similar, a própria manipulação dos dados utiliza novas estratégias: as análises textuais da documentação com respeito à sua validade para elaboração da análise são complementadas pela feitura de quantificações sobre diferentes indicadores: população, alfabetização, mortalidade, preços, entre outros, por vezes elaborados pelos pesquisadores a partir de novas fontes (dados paroquiais, de empresas, grupos etc.). Há ainda, por essa via, o uso de estatísticas. Tais estratégias objetivaram a compreensão de conjunturas e – mais importante –, na análise das séries históricas, as mudanças estruturais. É essa historiografia quantificada que recebe o nome de *história serial*. Aqui, o caráter construído do dado histórico ganha relevo, e a interpretação depende de hipóteses claramente explicitadas. Submetidos a uma crítica interna quanto a sua homogeneidade e coerência, os dados embasam séries estatísticas que permitem análises de complexidade variada.

Ainda que o grupo dos *Annales* e o marxismo diferenciem-se em certas questões (este teve maior preocupação teórica que aquele) pode-se dizer que existem pontos comuns entre os pesquisadores desses grupos. Assim, ambos podem ser agrupados num paradigma histórico que, segundo Cardoso (1997), pode ser denominado “moderno”. Desprezando-se a descrição pormenorizada de tendências e desenvolvimentos diferenciados em cada uma dessas tradições (por exemplo, a história econômica ou a história social marxista, a “história dos de baixo”), pode-se dizer que ambos os grupos têm como base a crença no

caráter científico da História, a preocupação central com o estrutural e o transindividual e a tentativa de alcançar um nível explicativo em seus estudos.

O paradigma “moderno” superou a história tradicional, tornando-se dominante desde meados do século XX, porém, ainda conforme a análise de Cardoso (1997), sofre hoje – e desde pelo menos o pós-1968 – a concorrência de uma concepção “pós-moderna” nos estudos históricos. A análise do autor mencionado enfatiza as oposições entre estas concepções sobre o conhecimento histórico e expõe como principal elemento explicativo do paradigma “pós-moderno” a questão que estaria na raiz dessa corrente de pensamento, de modo mais amplo: a rápida e complexa mutação social. Na atualidade, vive-se com “um pé num mundo [o moderno, das primeiras revoluções industriais] ainda presente mas em vias de superação [...] e o outro pé num mundo que ainda está nascendo” [pós-industrial, tecnológico-digital]. Desse modo, continua o autor, como teorizar “sobre as sociedades vistas holisticamente, se elas estão em pleno devir para se tornarem ‘outras’, se bem que no quadro, ainda, do capitalismo?” (Cardoso, 1997, 13).

Com efeito, a insatisfação com as teorias de viés holístico existentes – ou a dificuldade para construí-las – a fim de explicar a realidade social e as mudanças colocaram dificuldades ao paradigma “moderno”. Ao mesmo tempo, ensejaram as alternativas ou respostas, ao seu modo, do novo paradigma. Assim, em perspectivas mais relativistas da corrente “pós-moderna” a própria noção de que deva existir uma teoria global é vista como problemática ou superada. O suposto colapso dos valores, a afirmação da impossibilidade de metanarrativas (Lyotard) fariam com que a hierarquização dos discursos fosse indesejada. A possibilidade de realizar uma macroanálise seria uma ilusão cientificista. Propõe-se então – neste extremo relativista do paradigma – a feitura de diferentes discursos, “histórias” sobre ou para grupos particulares. História, freqüentemente de teor interpretativo-hermenêutico, que pode aproximar-se da literatura e do subjetivo, enfatizando mais a empatia e a elaboração da linguagem do que a questionada objetividade científica e a idéia de produzir sínteses abrangentes. Ao contrário do que pode parecer, os supostos dessa perspectiva aparentemente “anti-teórica” apóiam-se um amplo conjunto de pensadores, como os contemporâneos Foucault, Deleuze e Geertz.

Em termos mais amplos do paradigma, tem-se um retorno à narrativa, ao fato (ou acontecimento, evento), às micro-análises e é dada grande importância à interpretação das

mediações simbólicas que configurariam primordialmente o social, em diferentes contextos históricos. A Nova História Cultural – em certo sentido herdeira da História dos *Annales* e da História das Mentalidades almejada por alguns historiadores – seria uma corrente exemplar do paradigma “pós-moderno”. Inclusive em termos de novos aportes temáticos e metodológicos, em comparação com a corrente “moderna”. Em verdade, uma espécie de centralidade dada à categoria “cultura” faz com que ela seja estudada numa grande variedade de enfoques: o cotidiano, as práticas de consumo e produção cultural, as identidades de grupos minoritários (mulheres, negros, *gays*) etc. Há, pois, conforme certas áreas, uma nítida aproximação com o contemporâneo, ou pelo menos com um tempo histórico mais próximo do historiador. E daí a utilização de técnicas de investigação mais tradicionais nas ciências sociais (o questionário, a entrevista, a análise da documentação de indivíduos, o estudo do conteúdo da literatura e da mídia⁴) e mesmo de outras técnicas que hoje já adquirem estatuto metodológico propriamente histórico, devido à reflexão realizada a respeito das mesmas nesse âmbito, como a história oral, em suas várias dimensões (depoimentos, histórias de vida, construção de biografias individuais e de grupos⁵).

Um ponto de grande importância no debate atual naturalmente é sobre a possibilidade de integração ou diálogo entre os paradigmas “moderno” e “pós-moderno”. Se isso parece pouco viável em termos dos partidários situados no extremo de cada um deles, dificilmente pode-se negar, que, de um lado, a historiografia “pós-moderna” traz propostas e questões relevantes para a epistemologia histórica, de maneira geral, como o reconhecimento do caráter narrativo e discursivo que mesmo uma história estrutural assume, obrigando maior reflexividade dos pesquisadores sobre esse ponto (bem como sugerindo formas de controle ou manipulação da escrita, nesses termos); o recorte micro também foi capaz de dinamizar a História criticando (ou mostrando os limites) de modelos idealistas de análise, e colocando o próprio presente e as motivações do pesquisador em causa.

⁴ Outro aspecto importante do olhar sobre a mídia é a ênfase no papel desta na produção e “retorno do acontecimento”, conforme a clássica discussão de Nora (1988).

⁵ Na prática das pesquisas tem havido uma distinção entre a feita de biografias com o uso de depoimentos e o chamado “método prosográfico”, no qual também se objetiva, num primeiro momento, elaborar a biografia coletiva de um grupo social – escritores, intelectuais, por exemplo –, complementada pelo estudo de casos exemplares, alçados a condição de tipos ideais. No entanto, geralmente recorre-se a uma multiplicidade de documentos (biografias e autobiografias, repertórios biográficos institucionais, epistolografia etc.), que permitem constituir um *corpus* de evidências a respeito do problema. A tradição no uso desse método é maior na sociologia. Uma discussão sobre a prosografia encontra-se em Miceli (2001), que tem utilizado o método em alguns de seus estudos.

Por outro lado, observam-se possibilidades de combinação entre abordagens macro e micro. Como nota Vainfas (1997, 447), talvez “o ideal seja mesmo tentar buscar no recorte micro os sinais e relações de totalidade social, rastreando-se, por outro lado, numa pesquisa de viés sintético os indícios das particularidades”. Também importante é o reconhecimento de que existem trabalhos de nível microanalítico que mesmo sem alcançarem um nível de generalização consistente possuem grande qualidade por serem capazes de *‘explicar* (e não só descrever), no interior do microcosmo eleito como objeto, as relações sociais, usos e comportamentos, práticas e costumes relevantes para aquela investigação” (Vainfas, 1997, 448), e conseguem, por isso, reconstruir e compreender a trajetória de determinado grupo social, a partir de análises bastante particulares (no limite, de uma única biografia).

A recolha de anedotas e miudeza cotidianas, que pode ser associada a um extremo do paradigma “pós-moderno”, tem tão pouco valor para a História quanto análises de viés holístico construídas com conceitos que não se ajustam à realidade empírica e propõem generalizações descabidas. Em todo caso, além do trabalho histórico elaborado e construído dentro de cada um dos paradigmas atuais, existe um espaço para a combinação pertinente, não eclética – ou seja, reflexiva, quanto ao possível nível de integração – entre os mesmos, ainda numa concepção de conhecimento científica, embora não cientificista.

Caberia ainda notar que essa situação, por assim dizer, de “crise” nos estudos históricos, representa o caso específico de uma situação mais geral nas ciências humanas. O panorama pós-1989, as aceleradas mudanças sociais, provocam desafios à imaginação teórica: conceitos, categorias de pensamento ou noções tradicionais – como os de “Estado-nação” ou “imperialismo” – precisam ser redefinidos, repensados ou mesmo abandonados, como postulava a reflexão do sociólogo Octavio Ianni (1996) sobre a “globalização” como novo “paradigma das ciências sociais”. Sem dúvida essa discussão é um elemento que deve se refletir (no duplo sentido do termo) na pesquisa que se realiza.

Feita essa incursão pelos debates e métodos da História, nos encaminhamos agora para a descrição das abordagens dos historiadores (e primeiros pesquisadores jornalistas que utilizaram a História) sobre o jornalismo e, depois, da pesquisa do tema propriamente na área da Comunicação, pelos que utilizam conceitos e práticas da História.

III. Os historiadores do jornalismo: a história da imprensa e o jornal como fonte/objeto de problemáticas das Ciências Humanas

Uma atividade de pesquisa mais sistemática sobre o jornalismo no Brasil começa com historiadores ligados aos Institutos Históricos e Geográficos (IHGs) espalhados pelo país, a partir da segunda metade do século XIX. Dentro de um paradigma tradicional de História, autores como Alfredo de Carvalho e Afonso de Freitas promovem amplos levantamentos sobre jornais e sínteses descritivas, visando elaborar a história da imprensa no Brasil como um todo e em suas províncias. No nosso entender (Romancini, 2004, 2004a; ver esses textos para o levantamento das pesquisas da época), existe uma preocupação ideológica subjacente: afirmar identidades regionais por meio da história da imprensa. Com efeito, não se configurou uma continuada linha de pesquisa, depois do estabelecimento de “marcos factuais” por essa produção, cujo ápice é o centenário da Imprensa Régia. Foi uma historiografia que entrou em declínio após elaborar sua versão das origens da imprensa – embora possa ser aproximada do estudo posterior de Viana (1945) – e, antes ainda, com o trabalho de Barbosa Lima Sobrinho (1923), porém, este possui uma preocupação mais interpretativa e de contextualização da história do jornalismo em momentos importantes da conjuntura nacional. É possível que o esgotamento do modelo dos IHGs tenha colaborado para a descontinuidade dessa historiografia tradicional: descritiva, relatorial, cronologista e preocupada com o levantamento de documentação sobre e dos jornais.

A História, em termos de abrigo institucional, passaria a ser trabalhada no âmbito das universidades que, após um longo período, colocariam o estudo da história do jornalismo em outro patamar, o que promoveu praticamente um encobrimento dessa tradição. (Antes disso há trabalhos importantes e isolados que comentaremos a seguir.) A se lamentar, na ausência de continuidade dessa tradição positivista, o fato de que, a despeito do baixo viés interpretativo, ela poderia lançar as bases para uma história serial da imprensa, com uma adequada crítica dos dados coletados (e em eventuais novos levantamentos). A possibilidade de uso dessa história tradicional como fonte de pesquisas não deve ser negligenciada, pois ela traz dados e pistas importantes (ainda que sob muitas informações nem sempre úteis e análises ideológicas) sobre o desenvolvimento da imprensa no país.

O estudo monográfico – a análise em profundidade de um período curto, temática, ou determinados veículos – não foi a tônica dos estudos da história da imprensa até os anos de 1970 (e é a principal contribuição da historiografia acadêmica, da qual falaremos adiante),

ao contrário do gênero biográfico que trouxe aportes documentais e informações sobre jornalistas pioneiros, como Hipólito da Costa (Dourado, 1957; Rizzini, 1957). Assim, chega a surpreender a publicação, em 1966, da história da imprensa no Brasil mais influente até hoje, por Nelson Werneck Sodré.

Trabalho de historiador, o livro é apoiado numa ampla pesquisa documental em jornais, em depoimentos sobre o papel do jornalismo em livros de história brasileira de vários temas (política, literatura etc.), biografias e outros documentos, além da discussão do que se tinha sido publicado até aquele momento sobre a imprensa no país – Sodré é especialmente crítico em relação à história positivista, “oficial”, segundo ele. O trabalho se destaca ainda pela coerência na adoção do referencial marxista que perpassa a análise de cada momento e a síntese sobre o desenvolvimento da imprensa no país, correlacionado às forças produtivas do mesmo, a partir da fórmula que inicia o livro: “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (Sodré, 1966, 1).

Também – como no caso dos positivistas – não se desenvolveu uma historiografia marxista de produção continuada, firmando uma tradição, a partir do importante trabalho de Sodré, que reconhecia o caráter de síntese de seu livro, sugerindo uma ampla pauta de pesquisa, com temas “talvez mais apropriados para trabalhos monográficos” (Sodré, 1966, 7-8). A ausência de uma continuidade nessa linha teórica talvez possa ser explicada pela conjuntura pós-1964/1968, bem como pela dificuldade de um marxismo ortodoxo trabalhar com temas culturais (como o jornalismo) sem subsumi-los à dimensão de reflexo da infraestrutura socioeconômica, do que resulta certo empobrecimento analítico. Este problema é visualizado claramente, no nosso entender, na atualização do livro (constante da 4ª. edição, da editora Mauad, de 1999), se bem que menos um trabalho de investigação do que um ensaio, este texto de Sodré, ao abordar a estrutura da imprensa e dos meios de massa até a contemporaneidade, chega a uma conclusão que, apesar de coerente com marco analítico, só com dificuldade pode ser aceita na íntegra: alienada e totalmente vinculada à classe dominante, a imprensa perdeu qualquer traço nacional, no Brasil.

Deve-se notar que a obra de Sodré fora precedida por alguns trabalhos que têm na coleta, sistematização e nível analítico também qualidades, desde perspectivas mais gerais (Rizzini, 1945/1988, e Bahia, 1960 e 1964) até um estudo regional (Freitas Nobre, 1950). Porém, ainda que esses estudos sejam um passo a frente em relação ao positivismo,

integrando a história do jornalismo e da imprensa num paradigma “moderno” (dada a preocupação em evidenciar fontes e tendências, “fases” da imprensa, conjunturas), o trabalho de Sodré se destaca pelas características comentadas. Os três autores citados eram jornalistas (e seriam docentes das primeiras graduações da área que se consolidam), que utilizaram os elementos do método histórico (coleta e crítica de fontes, análise da documentação) de modo coerente em seus trabalhos; outro jornalista, Gondim da Fonseca (1941), porém, iria, tanto dar algum andamento à vertente positivista da história da imprensa, quanto propor uma aproximação da narrativa da história com a literatura, num modelo de divulgação jornalística então pioneiro – e que só seria retomado muito depois.

O conjunto dos trabalhos posteriores à produção da história positivista constitui-se, pois, de estudos relativamente isolados – embora por vezes de excelente qualidade –, comparado a um modelo ideal de trabalho cumulativo e mais orgânico a respeito da história da imprensa e do jornalismo. Tal padrão só se torna possível após a completa institucionalização universitária – nas pós-graduações –, tanto da História, quanto dos estudos em Comunicação. Com efeito, como mostra um trabalho de Camargo (1971), até a década de 1970, mesmo a utilização da imprensa periódica como *fonte* para a história brasileira, não é muito acentuada, a despeito de exceções como os estudos de anúncios de jornais feitos por Gilberto Freyre ou a utilização de dados de jornais para a constituição de séries estatísticas sobre indicadores de preços, por exemplo, em estudos sociológicos ou históricos. Camargo discute aspectos que poderiam explicar esse fato, como a problemática da veracidade da informação da imprensa, a ausência de repertórios de jornais exaustivos e a dispersão das coleções. Sem dúvida, a insegurança e baixa utilização dos dados dos jornais pelos historiadores também está ligada a uma postura epistemológica, sobre o tipo de conhecimento que pode propiciar a análise do material da imprensa. A maior flexibilidade e um novo entendimento quanto a este ponto, seja numa delimitação de problemáticas ao qual a informação do jornal poderia trazer elementos, seja numa outra compreensão do significado das fontes⁶, alteraram esse quadro. Isso a partir dos anos 1970, ou seja, na

⁶ A exposição de Capelato (1988, 24) sobre esse aspecto é bastante clara: “O respeito sagrado pelo documento [da história positivista] desaparece e com ele o mito do historiador-cientista, dono da verdade absoluta. Desta forma, sua tarefa [do pesquisador, sob paradigmas “modernos” ou “pós-modernos”] se tornou mais complicada. Antes dele se exigia coleta, crítica e organização das fontes; agora deve questionar e analisar seu instrumento básico de trabalho”. Abreu (1996a, 8) nota que concepções sobre o papel da imprensa a partir de uma “teoria da dominação” – que vê na mídia mera representação de grupos dominantes ou interesses organizados –, para o qual o marxismo colaborou, também não favoreceu o estudo dos jornais pelos historiadores. Reflexões, de vários autores, sobre o jornal como fonte para a História e objeto das Ciências Sociais, dentro de um paradigma “moderno”, são encontradas em dois trabalhos organizados por Marques de Melo (1970).

historiografia propriamente acadêmica, cujas publicações, geralmente resultado de teses e dissertações, têm se intensificado nos últimos anos.

O leque de abordagens dos historiadores (ou pesquisadores das ciências humanas, excetuando-se, para efeito dessa primeira descrição, os de Jornalismo/Comunicação) que utilizam o jornal como uma fonte ou objeto de/para problemáticas ampliou-se. Uma amostra de trabalhos relevantes publicados – portanto mais significativa do que exaustiva – indica que houve, no início, maior preocupação com o político, em estudos de ideologias e jornais (Borges, 1979; Contier, 1979; Capelato e Prado, 1980; Capelato, 1989; Marson, 1980; Góes et al., 1983; Paula, 1999) e do nível político da imprensa com a operacionalização do conceito de “indústria cultural” (Taschner, 1987, 1992); mas são feitas também histórias sociais de enfoque diverso (Silva, 1978; Bernardi, 2000; Cruz, 2000); descrições e análises da imprensa negra (Moura, 1984; Ferrara, 1986) ou do negro na imprensa (Schwarcz, 1987); histórias e análises de periódicos (Mota e Capelato, 1981; Luca, 1999), inclusive com abordagem, em certo nível, prosográfica (Martins, 2001); estudos da censura sobre determinadas publicações num dado período (Carneiro e Kossoy, 2003) ou deste tipo de repressão no regime autoritário de 1964 (Aquino, 1999; Smith, 2000 [trabalho de uma brasilianista]; Kushnir, 2004); estudos de determinados períodos da história do jornalismo no Brasil, com maior ou menor ênfase nas influências mútuas entre o contexto social e a imprensa (Abreu et al., 1996; Lustosa, 2000; Morel e Barros, 2003); aproximações ao contemporâneo, seja num nível mais analítico (Lattman-Weltman et al., 1994; Abreu et al., 2003), seja no plano da constituição de um acervo de história oral (Abreu et al., 2003a). Trabalhos para um público mais amplo também são publicados (Abreu, 2002; Lustosa, 2003).

Embora a multiplicidade de enfoques dificulte uma análise do todo, se ressalta o nível monográfico já apontado, e é possível dizer que, tanto os trabalhos que optam por recortes mais segmentados, microanalíticos, quanto os que intentam articulações com níveis estruturais da sociedade, têm um padrão elevado de preocupação com a cientificidade, dentro de parâmetros da disciplina História. Ou seja, crítica de fontes adequada, constituição de problemáticas teóricas e empíricas fundamentadas em padrões científicos etc. O extremo de relativização da escritura histórica do paradigma “pós-moderno” não se evidencia, embora a influência da História Cultural seja clara, principalmente a partir dos anos de 1990. Outro aspecto importante a notar é a interdisciplinaridade e o uso de

estratégias metodológicas variadas, o que ocorre em muitos trabalhos, para esclarecer problemáticas propriamente históricas ou de outra natureza. Assim, deve-se notar que os estudos de Taschner (1987, 1992) são antes sociológicos do que históricos, porém, a excelente reconstrução histórica dos conglomerados jornalísticos estudados é um elemento central para a análise da problemática, conjugada a outros níveis de análise, como a econômica, por meio de dados das empresas e fontes secundárias. Do mesmo modo, a utilização feita por Schwarcz (1987) de jornais como fonte decorreu sobretudo da questão relativa aos modos como a figura do negro era socialmente simbolizada em determinada época, numa pesquisa que combina preocupação antropológica com a História. E, nesse viés, a opção de trabalho com dois diferentes jornais representa uma interessante escolha metodológica e teórica: observar diferentes textos sobre o negro em jornais como “pedaços de significação” e ver esse “produto social” como “resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas” (Schwarcz, 1987, 15). Daí, então, a descrição e análise, no período em foco, dos jornais, que – ainda que este não seja o objetivo precípuo do trabalho – constitui contribuição para a história do jornalismo.

Igualmente modelar, mas já com efetiva preocupação com a história do jornalismo, é o trabalho de Lattman-Weltman (1966) que, com a utilização da análise de conteúdo (a partir de uma série de indicadores bem explicitados), procura, através de micro-hipóteses deduzidas do modelo habermasiano de desenvolvimento da imprensa, compreender o nível mudanças no jornalismo brasileiro dos anos 1950 – ao qual se acresce um estudo comparativo dos jornais desse período com os dos anos de 1990. Em particular, nessa análise, é relevante a conclusão de que uma noção como a de “objetividade jornalística” não deve ser absolutizada ou a-historizada. Aliás, esse é um argumento que, sem invalidar as comparações diacrônicas, aponta para um risco potencialmente presente em análises de teor histórico (ou que utilizam exemplos dessa natureza): o anacronismo. Com efeito, a contribuição dos estudos historiográficos, de modo geral, e para a compreensão do jornalismo do Brasil em particular, deve procurar superar o modelo evolucionista positivista (o que ocorre de maneira geral nos trabalhos arrolados), que pode surgir engastado mesmo em estudos que se pretendam mais críticos⁷. Mas para esse, e outros riscos, é necessário uma tomada de posição frente à História que vá além do senso comum.

⁷ Um trabalho interessante, abordando o jornalismo português, que evidencia o problema do chamado “finalismo” – ou seja, a análise do passado com categorias do presente – foi realizado por Belo (2004).

IV. O campo de estudos em Jornalismo e a História

Se em sentido amplo o campo de estudos em Jornalismo é marcado pelos historiadores positivistas, em sentido estrito – isto é, a partir das pós-graduações em Comunicação –, também cedo a preocupação histórica é marcante. Com efeito, o registro de uma amostra de trabalhos publicados – inclusive alguns feitos por jornalista não acadêmicos, mas que possuem qualidades em termos de maior rigor histórico – aponta para, no início, a continuidade de linhas tradicionais na pesquisa histórica com o jornalismo e, depois, uma ampliação do leque de temas.

Assim, desde 1970 são publicados estudos como: sobre a evolução da legislação de imprensa (Costella, 1970), uma análise, de nível interpretativo superior, das causas da tardia implantação da imprensa no país (Marques de Melo, 1973), um pioneiro estudo da imprensa operária (Ferreira, 1979) e uma história social combinada a análise de jornal (Carvalho, 1979). A partir de fins de 1970, são publicados dois interessantes estudos escritos por jornalistas, que aproveitam sua experiência vivida, da censura no pós-1968 (Machado, 1978; Marconi, 1980). A seguir, surgem trabalhos sobre a representação da mulher na imprensa (Buitoni, 1981), e estudos de Lins da Silva que, sem serem especificamente vinculados a linhas de pesquisa históricas, utilizam lastro deste tipo, seja para comparar diacronicamente a influência norte-americana no jornalismo brasileiro (Lins e Silva, 1991), seja para compor uma espécie de “história imediata” da reformulação no jornal em que ele trabalhara, a *Folha de S. Paulo* (Lins da Silva, 1988). É a partir da década de 1990, porém, que a dinâmica de publicação ganha mais fôlego, com, entre outros, o estudo de Kucinski (1991), importante ao expor as grandes linhas de desenvolvimento da “imprensa alternativa”, praticamente abrindo uma linha de pesquisa – é outro trabalho no qual a anterior experiência jornalística do autor também contou a favor –, estudos regionais, de enfoque diverso (Rüdiger, 1993; Castro, 1997; França, 1998); histórias e análises de periódicos escritas por jornalistas (Andrade e Silveira, 1991; Lachini, 2000) e acadêmicos (Braga, 1991; Faro, 1999); estudos sobre a imprensa na década de 1950 (Laurenza, 1998), no contexto da ditadura de 1964 (Motter, 2001, Perosa, 2001) e do *impeachment* de Collor (José, 1996). E um estudo singular pela tentativa de apreensão do público (Barbosa, 2000).

Esta produção também é diversificada, tanto nos enfoques teóricos, quanto nas análises mais ou menos descritivas ou interpretativas. No entanto, no nosso entender, é um conjunto de trabalhos de bastante qualidade, que tem logrado, por vezes, constituir um empreendimento cumulativo. O “aporte comunicacional” – antes que da disciplina História – dessas pesquisas talvez seja mais mensurado no nível das problemáticas, frequentemente interdisciplinares, do que na utilização de teorias específicas do Jornalismo ou da Comunicação. Nesse sentido, alguns trabalhos utilizam técnicas outras além da descrição historiográfica (análises de conteúdo, por exemplo).

Indício importante da consolidação dos estudos acadêmicos é a constituição de uma rede de pesquisadores dedicados à temática da História da Imprensa (a Rede Alcar - www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/index.htm), cujo primeiro encontro deu-se em 2003. Nesse âmbito desenvolve-se projeto para “recuperar a história da imprensa, durante 200 anos, tendo como foco diferencial de análise o século XIX e o século XX” (Morel e Barbosa, 2001). A primeira fase consiste num levantamento de dados sobre periódicos, a partir de ficha previamente elaborada, de modo a garantir padronização e captar certas informações consideradas relevantes. Provavelmente os produtos das totalizações serão úteis e poderão subsidiar análises mais abrangentes, segundo a proposta, de acordo com princípios, formulados de modo genérico, da História Cultural.

De modo mais específico, Barbosa (2004), a partir principalmente das contribuições de Darnton e Chartier, afirma a importância, na escrita dessa história, da noção de *‘sistema que é o cerne mesmo das relações comunicacionais’* (idem, 2) e, em outros termos, a feitura de uma história da imprensa como história cultural. A autora enuncia também outros princípios coerentes com o paradigma “pós-moderno”, como a consideração sobre as especificidades de textos e textualidades, a imersão do pesquisador em seu objeto de estudo e a singularidade de cada análise. Pelo menos no nosso entender, as recomendações não chegam a constituir o extremo anti-científico do paradigma, embora o nível seja antes microanalítico do que macro, não há uma aceitação de *qualquer* análise histórica, com base na pluralidade e particularismos analíticos. Por outro lado, a nossa ênfase nesse aspecto se justifica dada a permeabilidade do argumento a acomodar pesquisas históricas antes de viés jornalístico do que do campo de estudo *científico* dessa área. É esse ponto que ressaltamos na conclusão.

V. Conclusão

A pesquisa do jornalismo tem muito a ganhar se inscrever sua prática de produção de conhecimento na lógica da dupla ruptura [proposta por Boaventura de Souza Santos]. Ao pesquisador cabe, primeiro, romper com o senso comum da profissão para, depois, qualificar a profissão [...]. Berger (2002, 157)

Ao recapitular os resultados da interação entre os campos da História e do Jornalismo, exposta neste texto, pode-se dizer que o saldo é positivo em termos da produção de conhecimento em ambas as áreas. Os pesquisadores do Jornalismo souberam com frequência utilizar o método histórico em suas investigações de teor científico e dialogam com os investigadores da História em muitos âmbitos.

Houve também, sobretudo partir da década de 1990, um ponto positivo ligado às fontes de dados que tem repercussões para a pesquisa da área do Jornalismo e da História: a publicação de memórias e biografias de profissionais da imprensa (Morais, 1994; Castro, 1995; Netto, 1998), depoimentos (Abramo, 1989; Wainer, 1993), edições comemorativas de jornais e trabalhos de investigação mais propriamente jornalísticos (Conti, 1999; Carvalho, 2001; Campos Jr. et al., 2002).

Positivo de um lado para o campo dos estudos do Jornalismo – o aspecto de ampliação de fontes – tem um possível viés negativo na noção de que essa seja a melhor contribuição histórica que os estudos em Comunicação podem dar. Na verdade, o que se deve entender é que tais produtos – muitas vezes de bastante interesse e qualidade – pertencem a outro campo cultural, que não o científico: o da indústria cultural. Isso não representa em si um demérito, mas sim o fato de que esse tipo de produção responde, de modo geral, a demandas que não estão, também na maioria dos casos, em causa no produto científico, ou seja, procura atingir um virtual grande público (daí certas formas textuais diferentes da exposição científica), descrições históricas sobretudo episódicas e bem menos analíticas ou de caráter abrangente.

A narrativa de um delírio de Assis Chateaubriand ou a interpolação de diálogos ao longo da narrativa, legítima na obra de Moraes (1994), são procedimentos que, se realizados por um pesquisador de Jornalismo sem o talento literário do autor, provavelmente resultarão num *kitsch* histórico, de qualidade duvidosa. E, mais importante, a despreocupação dessa obra em elaborar, ainda que utilizando o método biográfico, uma *explicação* sobre as

relações entre poder e mídia não deve ser imitada nos estudos do campo científico do Jornalismo. Ainda que os campos culturais tenham zonas de intersecção e a investigação jornalística seja uma fonte útil também, os produtos do campo científico e do campo da indústria cultural, a bem de ambos, devem possuir identidade própria. Os requisitos de cada um dos campos são diferentes, e portanto exigem um investimento em formação do pesquisador diferenciado, em muitos aspectos. É evidente que isso não é um impedimento para que os pesquisadores jornalistas produzam conhecimento histórico mais afeito ao campo científico – como o comprova o fato de vários jornalistas terem feito estudos históricos rigorosos e de qualidade, já citados. Por sinal, o tradicional fôlego investigativo dos jornalistas, sua capacidade de estabelecer boas interações pessoais com fontes de informação, preocupação com a clareza na produção textual são algumas qualidades que podem e devem ser “levadas” de um campo a outro, mas existe um investimento necessário em formação em pesquisa científica, em termos do estudo de métodos e teorias da Comunicação, História etc. (conforme cada investigação).

Enfim, a conclusão (ou recomendação) geral de nosso trabalho é a de que: o *pesquisador do campo científico* da Comunicação/Jornalismo que pretende utilizar reconstruções históricas ou trabalhar fundamentalmente nessa dimensão em seu trabalho tem a obrigação de expor com a máxima clareza suas fontes (de modo a permitir, se possível, que outros consultem-nas), os supostos que orientaram a coleta de seus dados, a problemática conceitual construída para o estudo e que orientou a análise. Não por pedantismo ou teoricismo, mas porque tais elementos são requisitos para que outros pesquisadores possam julgar as explicações e conclusões ao que o trabalho de patamar mais elevado (científico) possa ter chegado. Isso, claro, se o objetivo foi ultrapassar a mera descrição do “fato” histórico sob qualquer registro (jornalístico, de senso comum).

A lógica de que “tudo é História” – e portanto legitima-se qualquer abordagem, todo tipo de “resgate”, todas as formas e abordagens narrativas: o biografismo, a ficção histórica etc. – tem contrapartida na noção de que, se isso é verdade, nem tudo é conhecimento histórico (ou comunicacional).

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. 1989. *A regra do jogo – O jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo, Companhia das Letras.

- ABREU, Alzira Alves de et al. 2003. *Mídia e política no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.
- _____. 2003a. *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV.
- ABREU, Alzira Alves de 2002. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- ABREU, Alzira Alves de et al. 1996. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, FGV.
- ABREU, Alzira Alves de. 1996a. Introdução. In: ____ et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, FGV.
- AQUINO, Maria A. de. 1999. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978), o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC.
- ANDRADE, Jefferson de e SILVEIRA, Joel. 1991. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- BAHIA, Juarez. 1960. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos, Presença.
- _____. 1967 (1ª. Ed.: 1964). *Jornal: história e técnica*. Santos, Martins, 2ª ed..
- BARBOSA, Marialva. 2004. Como escrever uma história da imprensa? *II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*, Florianópolis. Disponível em www.jornalismo.ufsc.br/redeacar/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/marialva_barbosa.doc. (acesso em 02/06/2005)
- _____. 2000. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. 2003 (1ª. ed.: 1923). *O problema da imprensa*. São Paulo, EDUSP, 4ª ed..
- BERNARDI, Célia de. 2000. *O legendário Meneghetti: imprensa, memória e poder*. São Paulo, Annablume.
- BELO, André. 2004. Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da Gazeta de Lisboa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, no 22, jul./dez. Disponível em www.scielo.br/pdf/ha/v10n22/22695.pdf. (acesso em 02/06/2005)
- BERGER, Christa. 2002. Jornalismo na comunicação. In: WEBER, Maria H. et al. (orgs.). *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre, Sulina, pp. 137-63.
- BORGES, Vavy Pacheco. 1979. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. São Paulo, Brasiliense.
- BRAGA, José Luiz. 1991. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília, Ed. UnB.
- BUITONI, Dulcília H. S. 1981. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa brasileira*. São Paulo, Loyola.
- BURKE, Peter. 2002. *História e teoria social*. São Paulo, Ed. UNESP.
- CAMARGO, Ana Maria de A. 1971. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: *Anais do V Simpósio dos Professores Universitários de História*. São Paulo, pp. 225-39.
- CAPELATO, Maria Helena R. 1989. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1988. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo, EDUSP/Contexto.
- CAPELATO, Maria Helena R. e PRADO, Maria Lígia. 1980. *O bravo matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Global
- CARDOSO, Ciro Flamarion. 1997. História e paradigmas rivais. In: ____ e VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Elsevier, 13ª. reimpr., pp. 1-23.

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris (orgs.). 2003. *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo, Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado.
- CARVALHO, Kátia de. 1979 *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/INL.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. 2001. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo, SENAC.
- CASTRO, Maria Céres et al. 1997. *Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte: 1895-1926*. Belo Horizonte, UFMG/Associação Mineira de Imprensa/Pref. Municipal de Belo Horizonte.
- CASTRO, Ruy. 1995. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CONTI, Mario Sergio. 1999. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CONTIER, Arnaldo D. 1979. *Imprensa e ideologia em São Paulo: 1822-1842*. Petrópolis, Vozes; Campinas, UNICAMP.
- COSTELLA, Antonio F. 1970. *O controle da informação no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- CRUZ, Heloisa de Faria. 2000. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915*. São Paulo, EDUC/Fapesp/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado.
- DOURADO, Mecenas. 1957. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro.
- FARO, José S. 1999. *Revista Realidade - 1966-1968: tempo de reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre, Ed. ULBRA, AGE Editora.
- FERRARA, Miriam N. 1986. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo, FFLCH/USP.
- FERREIRA, Maria Nazareth. 1978. *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis, Vozes.
- FONSECA, Gondim da. 1941. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro, Quaresma.
- FRANÇA, Vera R. 1998. *V. Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- GÓES, Maria da Conceição Pinto et. al. 1983. *A imprensa brasileira ante o fascismo: a tomada de poder na Alemanha*. Rio de Janeiro, Inst. Goethe.
- IANNI, Octavio. 1996. Sociologia da globalização. In: *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª. ed., pp. 189-207.
- JOSÉ, Emiliano. 1996. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. São Paulo, EDUFBA/Hucitec.
- LACHINI, Cláudio. 2000. *Anábase: história da Gazeta Mercantil*. São Paulo, Gazeta Mercantil/Lazuli.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 1996. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves de et al *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, FGV, pp. 157-87.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando et al. 1994. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. 1998. *Lacerda x Wainer - O Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo, Senac.
- LINS DA SILVA, Carlos. 1991. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Summus.
- _____. 1988. *Mil dias - os bastidores da revolução de um grande jornal*. São Paulo, Trajetória Cultural.

- LUCA, Tânia R. 1999. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, Ed. UNESP.
- LUSTOSA, Isabel. 2003. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. 2000. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KUCINSKI, Bernardo. 1991. *Jornalistas e revolucionários - Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Scritta.
- KUSHNIR, Beatriz. 2004. *Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo.
- MACHADO, J. A. Pinheiro. 1978. *Opinião x censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre, L&PM.
- MARCONI, Paolo. 1980. *A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978*. São Paulo, Global
- MARQUES DE MELO, José. 1999. A pesquisa em jornalismo no Brasil: trajetória e perspectiva. In: LOPES, Maria Immacolata V. (org.). *Vinte anos de ciências da Comunicação no Brasil: avaliação e perspectivas*, São Paulo/Santos, Intercom/Ed. Unisanta, pp. 117-23.
- _____. 1973. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (org.). 1970. *A imprensa como objeto de estudo das ciências sociais*. São Paulo, Depto. de Jornalismo ECA/USP.
- _____. (org.). 1970. *A imprensa como fonte histórica*. São Paulo, Depto. de Jornalismo ECA/USP.
- MARSON, Izabel A. 1980. *Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo, Moderna.
- MARTINS, Ana Luiza. 2001 *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República (1890-1922)*. São Paulo, EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial do Estado.
- MICELI, Sergio. 2001. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 345-56.
- MORAIS, Fernando. 1994. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- MOREL, Marco e BARBOSA, Marivalva. 2001. *História da imprensa no Brasil: metodologia*. Site da Rede Alfredo de Carvalho. Disponível em www2.metodista.br/unesco/redealcar_inventario.htm. (acesso em 02/06/2005)
- MOREL, Marco e BARROS, Mariana M. de 2003. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A.
- MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. 1981. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*, São Paulo, IMPRES.
- MOTTER, Maria Lourdes. 2001. *Ficção e história: imprensa e construção da realidade*. São Paulo, Arte & Ciência/Villipres.
- MOURA, Clóvis. 1984. *Imprensa Negra*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- NETTO, Accioly. 1998. *O império de papel – os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre, Sulina.
- NORA, Pierre. 1988. O retorno do fato. In: LE GOFF Jacques (ed.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 179-93.
- PAULA, Jeziel de. 1999. *1932: Imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba, Ed. UNICAMP/Ed. UNIMEP.
- PEROSA, Lilian M. F. de L. 2001 *Cidadania Proibida: o caso Herzog através da Imprensa*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de SP.

- RIZZINI, Carlos. 1988 (1ª ed.: 1945). *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil 1500-1822*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/Imesp, edição fac-similar.
- _____. 1957. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- ROMANCINI, Richard. 2004. Inventando tradições: os historiadores e a pesquisa inicial sobre o jornalismo. *Revista PJ:Br – Jornalismo Brasileiro*. São Paulo, ECA/USP, v. 3, n. 3. Disponível em www.eca.usp.br/prof/josemarques/arquivos/ensaio3_a.htm. (acesso em 02/06/2005)
- _____. 2004a A Querela da Imprensa: conflitos regionais e institucionais na construção da história. *Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*, Rio de Janeiro. Disponível em www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/richardromancini.pdf. (acesso em 02/06/2005)
- RÜDIGER, Francisco. 1993 *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre, Ed. UFRGS.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1987. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. 1978. *A primeira gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brasil*. São Paulo, Cultrix; Brasília, INL.
- SODRÉ, Nelson Werneck. 1966. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- TASCHNER, Gisela. 1992. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TASCHNER GOLDENSTEIN, Gisela. 1987. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo, Summus.
- VAINFAS, Ronaldo. 1997. Caminhos e descaminhos da história. In: ____ e CARDOSO, Ciro F. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Elsevier, 13ª reimpr., pp. 441-9.
- VIANA, Hélio. 1945. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação/INL.
- WAINER, Samuel. 1993. *Minha razão de viver - Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 15ª ed.